

**Irvin Bezerra Soares**

*Universidade Federal da Paraíba*

irvin.b@gmail.com

**Mirella de Almeida Braga**

*Universidade Federal da Paraíba*

lellinhad@hotmail.com

**Izabel França de Lima**

*Universidade Federal da Paraíba*

belbib@gmail.com

## **DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS: DISPONIBILIZANDO AS FICHAS DO DOPS DO PERÍODO DA DITADURA MILITAR NA INTERNET**

DOCUMENTS SCANNING: MAKING THE DOPS RECORDS FROM THE PERIOD OF MILITARY  
DICTATORSHIP AVAILABLE IN THE INTERNET

---

### **RESUMO**

Esclarece a forma como foi realizada a digitalização das fichas do DOPS do período da ditadura militar no estado Paraíba, e demonstra as vantagens na utilização do acervo digital, destacando a melhora no acesso e na preservação da memória da sociedade ao resguardar documentos históricos importantes, os quais somente por meio do suporte digital podem ser acessados livremente pelo público.

**Palavras-Chave:** Informação e Tecnologia. Memória. Digitalização da Memória. Acesso à Informação. Ditadura Militar.

---

### **ABSTRACT**

This article clarifies how the digitization of DOPS records from the period of military dictatorship in Paraíba state was done, and demonstrates the advantages of using the digital collection, highlighting the improvement in the access and preservation of society's memory by protecting important historical documents, which can be accessed by the public mass only through the digital media.

**Keywords:** Information and Technology. Memory. Memory Preservation. Access to Information. Military Dictatorship.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta a forma como foi realizada a construção do acervo digital para o Comitê Paraibano Memória, Verdade e Justiça da Paraíba, que faz parte do projeto da Comissão da Verdade<sup>1</sup>, através do registro de elementos que expressavam a realidade (cultural ou natural) do período da Ditadura Militar brasileira, no Estado da Paraíba. O estudo demonstra os procedimentos adotados para a preservação da memória histórica de forma digital, tendo como base a proposta de digitalizar e disponibilizar através da internet, garantindo acesso público aos documentos históricos referentes ao período da Ditadura Militar.

É sabido que o homem aprendeu a registrar e a valorizar a sua memória coletiva, de forma a desenvolver recursos e mecanismos que pudessem preservá-la e perpetuá-la, para que esta sobrevivesse ao tempo e às possíveis mudanças do mundo. Os bens, elementos formadores do patrimônio, são ícones repositórios da memória; permitem que o passado interaja com o presente, transmitindo conhecimento e formando a identidade de um povo.

Assim, podemos citar os documentos históricos, que trazem a representação materializada desta memória e por isso devem ser preservados e transmitidos de forma segura, através de recursos que não causem nenhum prejuízo ao suporte em que estejam registrados, ou à própria essência do documento. Percebemos essa feita na digitalização dos documentos para comissão da verdade, no Estado da Paraíba (documentos referentes ao período da Ditadura Militar brasileira).

O surgimento da “revolução” e o avanço de um conjunto de mudanças tecnológicas que até hoje vêm ocorrendo em um processo acelerado são percebidos desde o século XVIII, logo após a Revolução Industrial. Essa dita “revolução” nos meios tecnológicos atingiu também os centros de informação, tais como: as bibliotecas, arquivos e museus que precisaram se adaptar às novas tecnologias para promover um maior controle, disseminação e satisfação das necessidades de seus usuários. Estas Unidades de Informação, através de processos de digitalização e da criação de sistemas automatizados, puderam de forma simples e precisa multiplicar o acesso à informação para um maior número de pessoas, pois com a movimentação tecnológica acontecendo não necessariamente precisam “estar no lugar” para compreender o acontecido, uma vez que o acesso por meio digital facilita a comunicação dos ‘olhares e vozes’.

Os documentos históricos que têm grande importância na construção da história da civilização, a exemplo do acervo de arquivos oriundos da Ditadura Militar brasileira, não puderam

---

<sup>1</sup> É sabido que aqui na Paraíba, o Governo do Estado digitalizou o arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) na Paraíba, no período do regime militar, cujos documentos pertencem à Secretaria de Segurança e Defesa Social. Possibilitando através da digitalização a possibilidade da divulgação dos registros que nós temos até então, referentes a ação do estado da Paraíba no período da ditadura militar.

se distanciar desta realidade. Nesse sentido, especificamos, por exemplo, os documentos da “Comissão da Verdade”, cujas informações podem ser acessadas pela população por meio de arquivos digitais. É inegável o avanço do uso destas tecnologias pelas instituições interessadas nessas informações, assim como na transformação desse uso. Portanto, a proposta deste artigo é apresentar de que forma estas tecnologias vêm contribuindo para a preservação e disseminação da informação presente nos documentos que fizeram e fazem parte da Comissão da Verdade, bem como a identificação dos benefícios ocasionados pelo seu uso.

## 2 A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA

A memória parte das vivências do sujeito e não é algo homogêneo, compacto, dado, ao contrário, mostra-se algo fluído, plural, transformador. Em se tratando da coletividade, é algo correspondente aos grupos sociais, que ao vivenciarem situações têm uma memória parecida por possuírem aspectos em comum, por pertencerem a um determinado grupo.

Qual seria, portanto, o sentido de memória utilizado nos tempos atuais, face às ideias de democratização da cultura e de horizontalidade das carências ou necessidades do tecido social? A valorização da língua, da dança, das relações sexuais, da comida, da música, dos arquivos, da literatura, dos registros arqueológicos seria significativa para o compartilhamento do passado coletivo? E esses bens palpáveis e não palpáveis podem modificar o sentido de identidade coletiva e, portanto, de memória?

Ao iniciarmos a nossa discussão temos o conceito de memória, por deveras importante, como afirma Le Goff (1990), cujo estudo envolve vários campos do saber, uma vez que a memória, como propriedade de conservar determinadas informações, nos leva a um conjunto de ações psíquicas, com as quais atualizamos impressões passadas. Assim, ao lado da memória individual, objeto da psicologia, psiquiatria, entre outros, a memória pode se apresentar, ainda que de forma metafórica, como memória histórica e coletiva, portanto, social. Ainda em diálogo com Le Goff (1990), a memória é considerada em sentido lato e distingue três tipos: memória específica, memória étnica e memória artificial. A primeira define a fixação dos comportamentos das espécies animais; a segunda assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas e a última assegura a reprodução de atos mecânicos encadeados.

Documentos em papel têm sua conservação limitada devido a fatores intrínsecos às suas características de fabricação.

A preservação é o agir em procedimentos que visam ao retardamento ou à prevenção de deterioração ou dos estragos nos documentos. No caso do suporte em papel, isso ocorre por

intermédio do controle do meio ambiente, das estruturas físicas e dos condicionamentos que possam mantê-lo numa situação de guarda estável. (SILVA, 2001, p. 30)

A memória é algo vital para a sociedade, e devido à limitação do papel, a utilização de suportes digitais apenas colabora e melhora substancialmente sua preservação e disseminação.

A preservação digital, que de forma feliz é definida neste livro como a actividade que garante que a “comunicação entre um emissor e um receptor é possível, não só através do espaço, como também através do tempo”, assume uma importância fundamental no actual contexto social e tecnológico. (FERREIRA, 2006, p 12)

Ao voltarmos atenção para questões referentes à preservação de bens de reconhecido valor nacional, de documentos importantes para determinados períodos da história do nosso país, fazemos referência aos documentos digitalizados para compor a Comissão da Verdade. É possível perceber que, no nosso caso, essa preservação da memória remete à identidade ao país e ao entendimento do que se passava em nosso estado, com relação à participação do mesmo no período militar.

A escolha do que preservar, até porque a centralização da decisão normalmente é representada pelo poder do Estado, certamente não vai representar a heterogeneidade das culturas e subculturas vigentes. Com isso, apresentamos a ideia de que é impossível o indivíduo viver sem memória, pois a importância da representação constante com o passado é o necessário ponto de identificação das ações presentes dos sujeitos.

### **3 PARA QUE PRESERVAR?**

Cada indivíduo é parte de um todo – da sociedade e do ambiente onde vive – e constrói, com os demais, a história dessa sociedade, levando às gerações futuras, por meio dos produtos criados e das intervenções no ambiente, registros capazes de propiciar a compreensão da história humana pelas gerações futuras. Com isso, vemos a importância da preservação do acervo de documentos do período militar brasileiro (1964-1985), ora presentes na Paraíba, no sentido de produzir um amplo relatório, recuperando a memória histórica, a fim de ajudar a esclarecer parte dos fatos obscuros ocorridos na ditadura militar.

A preservação digital se dá através do armazenamento de bits em sequência, utilizando diversos tipos de hardware como suporte para a memória digital. É necessária uma camada de

software para realizar a decodificação e tornar a informação novamente inteligível para seres humanos.

Traduzido para a linguagem humana, é recuperado o valor informacional, que transformado em informação, para (BARRETO, 1999), quando encaminhado para o conhecimento humano e adicionado à sua memória, transforma-se em um novo conhecimento, facilitando e trazendo agilidade na preservação da memória.

Por meio digital, a preservação dos documentos históricos na Paraíba insere nosso estado como terceiro Estado do Brasil a disponibilizar informações sobre o período da Ditadura militar, e nos mostra o quanto é importante dar acesso às informações contidas nos acervos salvaguardados, de modo que faça circulá-las e crie condições para que a comunicação entre documento e o público (pessoas interessadas de maneira geral) seja renovada, permitindo a troca de conhecimento.

#### **4 ARMAZENAMENTO DE IMAGENS DIGITAIS COM A UTILIZAÇÃO DE METADADOS**

Existem diversas interpretações para conceituar Metadados, no entanto, no campo da informática, Metadados é um conjunto de dados utilizados para descrever outros dados. Melhor conceituando, conforme abordado por NISO (2004), metadado é "informação estruturada que descreve, explica, localiza, ou de outra forma, torna mais fácil de recuperar, usar ou gerenciar um recurso de informação. Metadados frequentemente é chamado de dados sobre dados ou informação sobre informação".

Desta forma, como o objetivo do projeto Comissão Estadual da Verdade foi digitalizar documentos e disponibilizar de forma a facilitar o acesso, o formato de arquivo digital escolhido para a gravação das imagens foi o Portable Document Format (PDF). Os metadados foram usados para armazenar as informações das imagens digitalizadas, com a utilidade de permitir a pesquisa dos dados referentes às fichas do DOPS, os quais posteriormente seriam utilizados para a disponibilização em portal da web. Diante disso, o presente trabalho empregou o padrão de documento eletrônico XML para armazenar os metadados, visto que seria necessário garantir a interoperabilidade e padronização dos dados.

O padrão de documento XML é conceituado conforme a W3C® (*World Wide Web Consortium* organização de padronização da web) como Extensible Markup Language (XML), sendo um formato de texto simples, muito flexível, derivado do formato SGML que é padronizado pela ISO 8879. A linguagem XML foi originalmente concebida para enfrentar os desafios da publicação eletrônica em larga escala, e também desempenha um papel importante na troca de uma variedade ampla de dados na Web e em outros lugares.

Já para o armazenamento das imagens, o formato do arquivo PDF garante as seguintes vantagens: criado pela Adobe Systems® e aperfeiçoado ao longo de 20 anos, o Portable Document Format (PDF) é agora um padrão aberto para troca eletrônica de documentos mantidos pela International Organization for Standardization (ISO).

## **5 RELATANDO A EXPERIÊNCIA**

O acervo de documentos históricos da época da ditadura militar no Estado da Paraíba se encontrava guardado em uma sala na Universidade Federal da Paraíba, no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, onde o acesso era restrito ao público. Diante do projeto da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, surgiu a necessidade de que esse acervo material, que pertence ao governo do Estado da Paraíba, fosse digitalizado para que a população em geral tomasse conhecimento dos fatos históricos ocorridos no estado da Paraíba na época da ditadura militar. Com isso foi possível observar a importância de se registrar uma parte da história tanto da Paraíba como do Brasil, uma vez que a representação digital de um documento facilita o acesso e a disseminação da informação, contribuindo para a preservação da memória, e para que estas informações sejam transmitidas para as gerações futuras.

Desta forma, para a realização deste trabalho de digitalização do acervo documental e visando a replicabilidade da informação, através da disponibilização deste material na internet, a equipe do projeto Comissão Estadual da Verdade utilizou os serviços de digitalização de documentos da empresa GDDoc – Gerenciamento Digital de Documentos.

### **5.1 Tipologia dos documentos digitalizados**

O acervo de documentos a serem digitalizados era constituído de fichas com informações das pessoas que haviam sido detidas pelo DOPS (departamento de ordem política e social). Este acervo continha ao todo 6.151 fichas a serem digitalizadas.

### **5.2 Tipologia dos documentos digitalizados**

Toda a digitalização das fichas foi realizada por meio de um Scanner Fujitsu, modelo fi-6130, utilizando a resolução de 300dpi no modo duplex, que permite a digitalização da frente e do verso do documento ao mesmo tempo, e a paleta de cores utilizada foi a de preto e branco. Este

tipo de digitalização duplex proporcionou um trabalho preciso e cuidadoso com os documentos, visto que se tratavam de registros históricos e o material requeria cuidadoso manuseio.

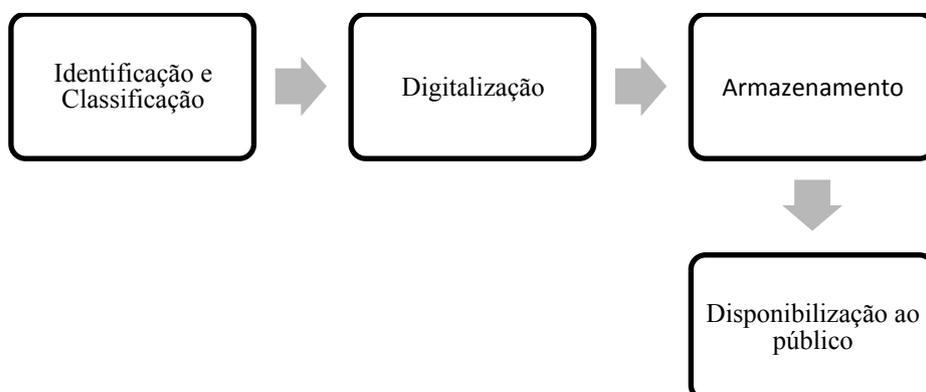
O trabalho com o scanner foi executado nas dependências do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos na UFPB, em ambiente climatizado, com mesas para a acomodação dos documentos que estavam guardados em pastas e já se encontravam separados por tipo e importância. No mesmo ambiente também se encontrava um computador para a realização do armazenamento dos arquivos digitalizados. Foram utilizadas também luvas para proteção dos documentos, e após serem colocados no scanner, os mesmos eram guardados novamente em pastas. Todas essas ações foram realizadas para que o material a ser digitalizado não sofresse danos.

O processamento técnico para a elaboração do leiaute aplicado ao arquivo XML (que é o padrão para o intercâmbio de dados entre diferentes sistemas) se deu em reunião entre a equipe da empresa GDDoc responsável pela digitalização dos documentos e os representantes da Comissão Estadual da Verdade. Este foi o padrão adotado para o armazenamento de metadados, os quais serviram para facilitar posteriormente a digitalização, a localização do documento digitalizado, pois os metadados incluem mais informações sobre os documentos. Este armazenamento de dados foi necessário, uma vez que os documentos e os metadados foram exportados e disponibilizados em um portal na internet.

### 5.3 Etapas do trabalho

As etapas utilizadas para o desenvolvimento de todo processo de digitalização ocorreram conforme descrito no fluxograma a seguir:

**Figura 1** – Fluxo do Processo de digitalização



**Fonte:** Fluxo criado a partir da cooperação entre a GDDoc – Gerenciamento Digital de Documentos e a Comissão Estadual da Verdade, 2013

A primeira etapa deste trabalho foi a identificação e classificação dos documentos, processo realizado por um representante da equipe do projeto Comissão da Verdade, o qual identificou quais documentos seriam digitalizados e classificou-os por ordem alfabética de nomes das pessoas fichadas pelo DOPS. Em seguida, o processo de digitalização foi iniciado, colocando os documentos por etapas na bandeja do scanner e ajustando-os de forma a ficarem corretamente alinhados na sequência em que foi realizada a digitalização.

**Figura 2** – Exemplo de XML utilizado durante a digitalização

```
<xml>
<tipo>Ficha</tipo>
<nome>Dom Helder Câmara</nome>
<codigo>00AABB</codigo>
<data>1969-05-28</data>
<anexo>9841efae4fb2cf4562f2e5ab2b809555.pdf</anexo>
<md5>9841efae4fb2cf4562f2e5ab2b809555</md5>
</xml>
```

Fonte: GDDoc – Gerenciamento Digital de Documentos, 2013

Após este processo foi informado no software GDDoc-Capture do computador o tipo de documento que fora digitalizado e seus metadados. O leiaute utilizado para armazenar os metadados incluía o tipo do documento digitalizado, nome da pessoa fichada, código de identificação do documento e data. Os demais campos registraram o nome do arquivo digitalizado e o controle interno do software utilizado. O leiaute segue o modelo visto na figura 2. Os documentos foram armazenados no próprio computador em que foram digitalizados em formato pdf e os metadados em XML. A disponibilização dos dados foi realizada a partir do site da Comissão estadual da Verdade.

## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Após o processo de digitalização das fichas do Dops, podemos destacar que foram obtidas as seguintes vantagens:

- a) Finalizada a digitalização de todo o acervo, este foi publicado na internet, aumentando de forma exponencial o alcance de toda a população a uma parte importante da história do nosso estado, visto que anteriormente os documentos eram acessíveis a poucas

peessoas, já que se trata de uma documentação sensível que sofre com a ação do tempo, devendo ser manuseada com cautela para evitar a deterioração.

- b) A importância da utilização de padrões tecnológicos abertos visando facilitar a quem interessar o acesso ao acervo digital, destacando-se a utilização de metadados armazenados através de XML e a gravação das imagens no formato PDF, permitindo o acesso inclusive através de dispositivos computacionais móveis, tais como: smartphones e tablets.

**Figura 3 – Exemplo de ficha do DOPS(Frente)**

Nº do Front: 1055-1176-41-24  
 Atuação: \_\_\_\_\_  
**DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL**  
**SERVIÇO DE INFORMAÇÕES**  
 NOME DOM HELDER CÁMERA  
 FILIAÇÃO \_\_\_\_\_  
 NACIONALIDADE \_\_\_\_\_ NATURALIDADE \_\_\_\_\_  
 DATA DE NASC. \_\_\_\_\_ DOC. DE IDENT. \_\_\_\_\_  
 RESIDÊNCIA \_\_\_\_\_  
 EST. CIVIL \_\_\_\_\_ INSTRUÇÃO \_\_\_\_\_  
 PROFISSÃO Arcebispo CARACTERES \_\_\_\_\_

Fonte: Obtido a partir do site da Comissão Estadual da Verdade - Paraíba, 2013 [www.cev.pb.gov.br](http://www.cev.pb.gov.br)

- c) De acordo com as figuras 3 e 4, exemplificamos o resultado gerado, visto que, após a digitalização, todos os arquivos digitalizados no formato PDF foram importados para o website da Comissão Estadual da Verdade, e os metadados convertidos em uma tabela para possibilitar a pesquisa textual das fichas.

**Figura 4 – Exemplo de ficha do DOPS(Verso)**

SEGURANÇA POLITICA  
**HISTÓRICO**  
 O Arcebispo HELDER CÁMERA quando em Berna em 29-01-70, concedeu uma entrevista a Rádio Nacional da Suíça-Berna, etecando a conduta atual do Governo Brasileiro, com expressões / consideradas de caráter subversivo, sendo que, em uma das perguntas feitas que acha então do futuro do Brasil? D. Helder respondeu: É imprevisível; em vista da espiral violência que predomina no atual governo brasileiros  
 FOTO-GRÁFIA

Versão da ficha do DOPS, com o acervo digital foi possível garantir o amplo acesso aos documentos sem a necessidade de manusear os originais armazenados em papel que se encontram em estado fragil e de acesso limitado ao público em geral.

Fonte: Obtido a partir do site da Comissão Estadual da Verdade - Paraíba, 2013  
[www.cev.pb.gov.br](http://www.cev.pb.gov.br)

**Figura 5 – Página da Comissão Estadual da Verdade**



Fonte: Obtido a partir do site da Comissão Estadual da Verdade - Paraíba, 2013  
[www.cev.pb.gov.br](http://www.cev.pb.gov.br)

A Figura 5 apresenta o site da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba onde é possível acessar o acervo digital das fichas dos DOPS digitalizadas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil ainda não concluiu a transição à democracia após o fim do regime militar, pois convivemos até hoje com a herança do passado autoritário. O fato de a justiça transicional não ter sido realizada na sua totalidade gerou consequências com as quais os brasileiros convivem até hoje – mesmo sem notar.

O fato de o Estado não ter apurado oficialmente até o momento as graves violações aos direitos humanos perpetradas pelos responsáveis pela segurança pública – muitas vezes com a cumplicidade da sociedade civil – estimulou significativamente a cultura da impunidade e a falta de credibilidade do poder público.

É sabido que, em 2012, com o advento de uma Comissão Nacional da Verdade, o Brasil iniciou grandes desafios. Se o Estado e a sociedade conseguirem juntos alcançar as metas propostas permitirão consideráveis avanços na consolidação da democracia e na superação do estado de transição, no qual o País ainda se encontra desde o final do regime militar.

A criação, a instalação e o funcionamento de uma Comissão da Verdade independente e transparente é uma oportunidade ímpar para que seja feita uma investigação dos crimes contra a humanidade cometidos no passado autoritário. Percebemos tal feito (o compromisso com a

verdade dos fatos) realizado pela Comissão da Verdade, aqui na Paraíba, em especial, quando conseguimos digitalizar alguns documentos do período militar e assim facilitar o acesso às informações deste período tão confuso da nossa história. Acreditamos que a consequência provocada pela publicidade dos fatos, ora digitalizados (verídicos), será a construção de um Estado mais maduro e capaz de dar consideráveis passos no processo de reconhecimento e respeito aos direitos fundamentais dos seus cidadãos.

## REFERÊNCIAS

**Adobe Systems®**, PDF files, Adobe Portable Document Format. Disponível em: <http://www.adobe.com/products/acrobat/adobepdf.html>. Acesso em: 03 ago. 2014

BARRETO, A. **O destino da Ciência da Informação**: entre o cristal e a chama. Datagramazero: revista de Ciência da Informação, [Rio de Janeiro], n. 0, dez. 1999. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/fev07/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/fev07/Art_01.htm)>. Acesso em: 09 fev 2015.

CAMPOS, M. L. C.; CAMPOS, M. L. A.; CAMPOS, L. M. Web semântica e a gestão de conteúdos informacionais. In: MARCONDES, C. H. et al. **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador, Brasília: UFBA, IBICT, 2006.

FERREIRA, M. **Introdução à Preservação Digital, Conceitos, estratégias e actuais consensos**. Guimarães, Portugal. Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006

IPHAN , Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>> Acesso em: 02 ago. 2014.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão, et all. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

LE GOFF, J. Memória. In: \_\_\_\_\_. **Memória e história**. São Paulo : Unicamp, 2003.

NISO – National Information Standards Organization. Understanding Metadata. ISBN: 1-880 124-62-9, 2004. Disponível em: <<http://www.niso.org/standards/resources/UnderstandingMetadata.pdf>> Acesso em: 02 ago. 2014.

PENA, M. G.; SILVA, A.C. A digitalização de Documentos Históricos e a Gestão Eletrônica de Documentos para Disponibilização On Line. **Saber Digital: Revista Eletrônica do CESVA**, Valença, v. 1, n. 1, p. 85-102, mar./ago. 2008.

SANTOS, A. L. F.; CINTRA, I.; SILVA, N. B. Experiência na Digitalização dos Documentos Históricos da Oficina Guaianases de Gravura. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**. João Pessoa, 2010.

SILVA, I. J. Q. M. A importância da conservação, preservação e restauração e os acervos bibliográficos e documentais em saúde coletiva. In: **Bol. da Saúde**, v. 15, n. 1, 2001, p. 29-36. Disponível em: <[http://www.esp.rs.gov.br/img2/v15n1\\_04importancia.pdf](http://www.esp.rs.gov.br/img2/v15n1_04importancia.pdf)>. Acesso: 02 ago 2014.

**W3C®**, Extensible Markup Language. Disponível em: <<http://www.w3.org/XML/>>. Acesso em: 02 ago 2014..

---

***Irvin Bezerra Soares***

Possui graduação em Tecnologia em Sistemas para Internet pela Faculdade de Tecnologia de João Pessoa (2011). Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em TECNOLOGIA EM SISTEMAS PARA INTERNET. Atualmente é mestrando em Ciências da Informação.

---

***Mirella de Almeida Braga***

Mestre em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba (2009). Mestranda em Antropologia Social no PPGA - UFPB. Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (2015). Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (2006). Possui Graduação em Direito (2007). Membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura/Sociedade e Ambiente - GIPCSA. Membro do Grupo RELIGARE (PPGA/PPG-CR)

---

***Izabel França de Lima***

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais(2012), mestre em Educação (2007) especialista em Gestão de Unidades de Informação (2006), graduada em Biblioteconomia (1989) e em Administração (1999) pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Diretora da Editora da UFPB, e pesquisadora dos grupos de Pesquisa Informação, Cultura, Imagem e Memória e Leitura, organização, representação, produção e uso da informação da Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Tecnologia de Informação e Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: bibliotecas digitais, bibliotecas universitárias, serviço referência em bibliotecas universitárias, acesso e uso de informação, fontes de informação, estudo de usuário, usabilidade, inclusão digital/social.

---